



## Imprensa tem acesso a escutas que permitiram prisões

Trechos das escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal que permitiram a prisão do presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, na terça-feira (9/12), já foram divulgados pela imprensa. Em uma das conversas vazadas, o desembargador Josenider Varejão Tavares, um dos quatro magistrados presos na Operação Naufrágio, diz que recebeu R\$ 20 mil dos R\$ 43 mil que teria para receber.

Essa afirmação foi interpretada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal como a confissão de que o desembargador recebeu propina por uma decisão judicial que beneficiaria prefeito de uma cidade do interior, afastado do cargo. As informações são do *Jornal Nacional* e de *O Estado de S. Paulo*.

Nesta quarta-feira (10/12), os detidos prestaram depoimento na sede da PF em Brasília. Entre os detidos estão o desembargador Elpídio José Duque; o juiz Frederico Pimentel Filho, filho do presidente do TJ-ES; a diretora do TJ e cunhada de Pimentel Filho, Bárbara Sarcineli; o advogado Paulo José Duque, filho de Elpídio José Duque; e um procurador identificado apenas como Eliezer. A PF cumpriu 24 mandados de busca e apreensão.

Em outro trecho de escutas a que a imprensa teve acesso, Bárbara conversa com o juiz Frederico Pimentel Filho. Ela reclamava de ter recebido apenas “98 pedaços de bolo de chocolate” e ele explicou que o “bolo” tinha que ser repartido igualmente entre os irmãos.

Segundo consta de trechos da decisão da ministra Laurita Vaz, revelada pela *TV Gazeta* de Vitória e publicada pelo *Estadão*, o Ministério Público identificou os “pedaços de bolo” como sendo referentes a pagamento pela negociação da titularidade de um cartório no município de Cariacica, concedido por ato do presidente do TJ, Frederico Guilherme Pimentel.

Para a Procuradoria da República, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo se transformou em um balcão de negócios.

### Em busca de fraudes

A operação investiga suposta prática de crimes contra a administração pública e a administração da Justiça. A PF fez busca e apreensão na casa do desembargador Elpídio José Duque, no bairro de Santa Cecília, em Vitória. A quantidade de dinheiro encontrada na residência foi tamanha que os policiais federais precisaram requisitar ao Banco do Brasil uma máquina para a contagem das cédulas, segundo informações da Polícia Federal.



A operação da PF, batizada de Naufrágio, é continuação da operação batizada como Titanic, ocorrida no dia 7 de abril deste ano, também em Vitória, que teve como alvo Ivo Júnior Cassol, filho do governador de Rondônia, Ivo Cassol, e o ex-senador e atual suplente no Senado Mário Calixto Filho. Cassol chegou a ser preso, foi solto por liminar do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, mas teve novamente a prisão decretada quando os demais ministros do STF cassaram o Habeas Corpus. Hoje, ele é considerado foragido.

Na Operação Titanic, foi desbaratado um esquema de importação ilegal de veículos promovido pela TAG, de propriedade de Pedro e Adriano Scopell, empresários capixabas que abriram a empresa em Rondônia para se beneficiar de isenções fiscais.

**Date Created**

10/12/2008